

Como avaliar um programa de extensão universitária: estudo do Pensar a Educação, Pensar o Brasil – 1822/2022 da Faculdade de Educação da UFMG

Monica Abranches¹

RESUMO

Este artigo é uma análise sobre a metodologia de avaliação institucional e de impacto do Programa de Extensão Pensar a Educação, Pensar o Brasil 1822-2022 (ou PEPB) vinculado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). A avaliação foi realizada no período de 2019 e 2022 e teve por objetivo o estudo da gestão, das ações, dos resultados e impactos do Programa PEPB à luz dos princípios da extensão universitária, estruturados pela Política Nacional de Extensão Universitária (Brasil, 2012), e a partir dos objetivos e metas indicados pelo próprio Programa e inseridos no cadastro do Sistema de Extensão – SIEX/UFMG desde o seu início no ano de 2007. O trabalho desenvolveu indicadores de avaliação para o programa e abordou as equipes dos projetos vinculados, seus colaboradores, a comunidade acadêmica da UFMG e o público externo que utiliza os produtos do Programa – livros, artigos, programas de rádio, jornal, documentários e palestras. Ao final, faz uma reflexão sobre a importância da avaliação das ações de extensão nas instituições de ensino superior à luz de uma gestão eficiente e das atividades acadêmicas que propiciam a melhor formação dos estudantes.

Palavras-chave: avaliação; indicadores; extensão universitária.

Cómo evaluar un programa de extensión universitaria: estudio de la Pensar a Educação, Pensar o Brasil 1822/2022 de la Facultad de Educación de la UFMG

RESUMEN

Este artículo es un análisis sobre la metodología de evaluación institucional y de impacto del Programa de Extensión Pensar a Educação, Pensar o Brasil 1822-2022 (o PEPB) vinculado a la Facultad de Educación de la Universidade Federal de Minas Gerais UFMG. La evaluación se llevó a cabo en el período 2019 y 2022 y tuvo como objetivo estudiar la gestión, acciones, resultados e impactos del Programa PEPB a la luz de los principios de la extensión universitaria, estructurados por la Política Nacional de Extensión Universitaria (2012), y de los objetivos y metas indicados por el propio Programa e inscritos en el registro del Sistema de Extensión - SIEX / UFMG desde su creación en 2007. El trabajo desarrolló indicadores de evaluación del programa y se dirigió a los equipos de los proyectos vinculados, a sus colaboradores, a la comunidad académica de la UFMG y al público externo que consume los productos del programa - libros, artículos, programas de radio, periódicos, documentales y conferencias. Al final, reflexiona sobre la importancia de evaluar las acciones de extensión en las instituciones de enseñanza superior a la luz de una gestión eficiente y de actividades académicas que proporcionen la mejor formación a los estudiantes.

Palabras clave: evaluación; indicadores; extensión universitaria.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta uma análise sobre a metodologia e os resultados da pesquisa realizada para a avaliação institucional e de impacto do Programa de Extensão Pensar a

¹ Assistente social, Mestre em Educação pela UNICAMP (1998) Doutorado em Geografia pela PUC Minas (2005), pós-doutoranda em Educação pela Faculdade de Educação da UFMG.

Educação, Pensar o Brasil – 1822/2022 (PEPB). Por meio do processo de abordagem sobre a gestão, o funcionamento, os resultados e impactos foi possível refletir sobre um formato para avaliação da extensão universitária, contribuindo com o debate nacional.

O relatório final da pesquisa, sob a guarda do colegiado do Programa PEPB, contém em suas 300 páginas a análise de cada uma das categorias criadas para a avaliação e uma verificação do cumprimento dos princípios da extensão universitária determinados pela Política Nacional de Extensão Universitária (2012). Também a análise qualitativa e quantitativa de 591 questionários aplicados ao público interno e externo à Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e mais de 12 horas de gravações resultantes das entrevistas realizadas com coordenadores e colaboradores dos projetos vinculados ao Programa PEPB.

A avaliação do Programa Pensar a Educação, Pensar o Brasil – 1822/2022 aferiu a sua sustentabilidade e a capacidade de continuidade de suas ações e projetos com impactos positivos para a sociedade após o término de sua primeira etapa no ano de 2022.

O olhar sobre o conjunto dos projetos e eventos propostos para esse período foi embasado nos estudos sobre as legislações oficiais da extensão universitária e, principalmente, as produções bibliográficas sobre a avaliação da extensão nas instituições de ensino superior brasileiras, e as referências em avaliação de projetos sociais.

Destaca-se, ainda, a necessidade de uma avaliação do Programa PEPB demandada pelos seus próprios membros que solicitaram recursos internos da Universidade para viabilizar a realização do estudo. Conforme explicitado no texto do edital sobre a proposta de avaliação do PEPB, havia necessidade de uma avaliação externa:

Dada a duração, abrangência, multiplicidade e interdisciplinaridade do Programa, pensamos que é o momento de realizarmos uma avaliação abrangente e criteriosa de suas ações, sobretudo no que diz respeito às ações de comunicação e de interface com a educação básica [...] chegou o momento de submetermos o Programa ao crivo de um olhar especializado e externo à equipe e, mesmo, à UFMG. Essa é uma condição fundamental para darmos mais eficiência e eficácia às ações de otimizarmos os recursos financeiros e de pessoal mobilizados pelo Programa e para planejarmos ações para os próximos anos. (FARIA FILHO, 2019)

A conclusão geral sobre a pesquisa de avaliação é que o Programa Pensar a Educação, Pensar o Brasil 1822/2022 é considerado uma ação exitosa de extensão na Universidade Federal de Minas Gerais, em funcionamento por mais de uma década na Faculdade de Educação – FAE/UFMG, e uma experiência de gestão eficaz de inúmeros projetos que realizam a interface entre a pesquisa e o ensino.

A realização desta pesquisa foi importante para que a comunidade acadêmica refletisse sobre a implementação e perenidade de Programas de Extensão e como estes podem garantir

uma gestão mais eficaz da extensão universitária, permitindo a continuidade das experiências exitosas e a execução por mais tempo junto à sociedade.

Os processos avaliativos definidos nesta pesquisa permitiram a inserção da comunidade interna e externa, de forma participativa explicitando as ações mais eficazes (resultados) e seus efeitos para a sociedade (impactos). As indicações da avaliação, em seu relatório final, subsidiaram a transição para uma nova etapa do Programa PEPB, a partir de 2023, e para a renovação de contratos, parcerias e implantação de uma nova gestão colegiada e a introdução de ações de monitoramento e avaliação mais frequentes.

Destaca-se que a avaliação do Programa PEPB utilizou os diversos canais de comunicação já estabelecidos com o seu público, por meio dos 12 projetos vinculados, e as redes da universidade para a realização dos questionários e das entrevistas, o que favoreceu a ampliação da participação numérica de universitários, docentes e do público externo nas atividades de pesquisa.

2 O PROGRAMA PENSAR A EDUCAÇÃO, PENSAR O BRASIL – 1822/2022

O Programa Pensar a Educação, Pensar o Brasil 1822/2022 é uma iniciativa registrada no Sistema de Informação da Extensão da UFMG, desde o ano de 2007, que está vinculado ao Centro de Extensão da Faculdade de Educação – FAE/UFMG. Reúne professores, técnicos e estudantes universitários na sua gestão e execução de ações e recebe a contribuição de colaboradores voluntários, de várias regiões do País, na produção e divulgação de conteúdos sobre o tema da Educação.

É um programa de extensão universitária dedicado à comunicação pública da ciência na área da Educação com o foco principal na contribuição da elevação da qualidade das escolas públicas, principalmente da educação básica. Por meio de várias técnicas de comunicação para a disseminação do conhecimento produzido na universidade, o Programa PEPB busca atingir os professores, técnicos, gestores e comunidade escolar e fomenta a troca de experiências e saberes entre as escolas e a UFMG. Como uma ação acadêmica, o Programa contribui para a formação profissional de alunos de graduação e pós-graduação, associando as suas atividades ao ensino e à pesquisa desenvolvidos nos cursos. Segundo os seus coordenadores, o Programa “[...] justifica-se pela relevância social de seu objeto – a educação pública brasileira – compreendida como direito que é decisivo para a constituição da cidadania” (MENDES; BAHIANSE; VAGO; RIBAS, 2015, p. 17).

O Programa PEPB, ao longo dos anos, criou um boletim informativo virtual, um programa de rádio, uma coleção de publicações de livros e revistas veiculados por meio físico e pela internet, um observatório de divulgação científica na área da Educação, organizou centenas de seminários, estruturou uma página institucional para divulgação de conteúdos e consolidou sua comunicação com o público pelas redes sociais no Facebook, Instagram e Twitter e na plataforma Youtube, entre outras ações.

Um levantamento sobre os dados de gestão e das ações realizadas pelo Programa PEPB, nos últimos quinze anos, apresenta os seguintes dados: 43 professores da UFMG participantes, trinta professores externos representantes de universidades públicas e privadas, 49 alunos participantes, sendo 22 alunos bolsistas, 37 colaboradores da UFMG participantes, seis técnicos colaboradores externos, um milhão e 300 mil pessoas como estimativa do público atendido, vinte instituições parceiras externas, dez projetos vinculados ao Programa², quatro eventos vinculados ao Programa, três projetos em parceria com outros setores da universidade – CEDOC, LECAMPO e Rede de Museus.

E dentre os produtos do Programa PEPB registrados no SIEX até 2021 estão:

- 24 produtos audiovisuais referentes a conferências gravadas, editadas e disponibilizadas, no site institucional, relativas ao Projeto Seminários Anuais;
- 07 livros elaborados a partir do conteúdo dos Seminários Anuais;
- 19 Periódicos Publicados – Revista Brasileira de Educação Básica;
- 470 Programas de Rádio gravados e disponibilizados no site do Programa;
- 265 Informativos – Jornal Pensar a Educação em Pauta;
- 19 Produtos audiovisuais relacionados ao Projeto Observatório da Comunicação Pública da Ciência;
- 53 matérias jornalísticas produzidas pelo Observatório da Comunicação Pública da Ciência e disponibilizadas no site próprio;
- 05 Livros publicados pelo Projeto A Educação nos Projetos de Brasil: Espaço Público, Modernização e Pensamento Histórico e Social Brasileiro Nos Séculos XIX e XX;
- 15 periódicos publicados referentes ao Projeto Pensar a Educação em Revista;
- 40 Livros publicados pela Coleção Pensar a Educação, Pensar o Brasil;

² O infográfico do Programa PEPB divulgado no site institucional apresenta a execução de 12 ações distintas, sendo que o item Ensino-Disciplina e Produção Audiovisual não estão inscritas como ações vinculadas no SIEX UFMG. Portanto, oficialmente, os registros da extensão universitária computam 10 projetos vinculados ao Programa PEPB.

- 13 Edições dos Seminários Anuais do Programa Pensar a Educação, Pensar o Brasil totalizando 85 conferências;
- 09 artigos/resumos sobre o Programa PEPB publicados em revistas e anais.

Os produtos listados acima estão disponibilizados, em sua maioria, no *site* próprio do Programa PEPB³ com acesso irrestrito aos usuários, caracterizando uma plataforma ampla de material educativo, de pesquisas e com produções dos vários segmentos de gestão, execução e avaliação da educação, desde professores e estudantes da educação básica, pesquisadores de universidades e universitários até gestores da política de educação, sindicatos, movimentos sociais e coletivos em defesa da educação pública.

3 AVALIAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E DO PROGRAMA PEPB

A extensão universitária é parte importante da formação dos alunos de graduação e pós-graduação e é um dos tripés acadêmicos das instituições de ensino superior – ensino, pesquisa e extensão. A necessidade de implementação desse tripé nas universidades está inserida em diversos documentos oficiais sobre a educação brasileira e sobre a educação superior, como na Constituição Brasileira de 1988, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDBEN (Brasil, 1996), Política Nacional de Extensão Universitária (Brasil, 2012), Plano Nacional de Educação (Brasil, 2001), e outras inúmeras resoluções do Ministério da Educação sobre a extensão universitária.

A extensão possui uma diretriz clara de encontro do conhecimento científico com os desafios da sociedade e tem um compromisso político de contribuir com a qualificação e a avaliação das políticas públicas de diversas áreas. Chamamos esse encontro de interação dialógica entre a universidade e a sociedade.

Nessa perspectiva, temos os estudantes graduandos e pós-graduandos como protagonistas do seu aprendizado quando podem, através de atividades extramuros da universidade, verificar as potencialidades de sua área de conhecimento para as resoluções dos problemas sociais, culturais, políticos e econômicos da sociedade, em nível micro (grupos sociais e comunidades) e em nível macro (atuando em políticas públicas).

De outra forma, outro impacto da extensão na trajetória curricular do estudante é a sua formação cidadã, pois as ações extensionistas permitem aos alunos promoverem reflexões éticas e estéticas sobre a nossa realidade. Um aprendizado sobre as desigualdades sociais, sobre

³ www.pensareducacao.com.br

as dificuldades e potencialidades da tecnologia, sobre as diversas culturas existentes em nossa sociedade, entre outros.

Temos ainda como função da extensão a transformação social que direciona o planejamento e a execução de projetos, programas, cursos, eventos e prestações de serviços para uma prática comprometida com atividades que possam, realmente, alterar a situação 1 encontrada no diagnóstico inicial → para ascender a situação 2 que poderá impactar no melhoramento das condições de vida ou no avanço e aquisição de novos saberes.

O documento que orienta essas dimensões de compromisso com a formação acadêmica e com a sociedade e que define os princípios da ação de extensão das universidades é a Política Nacional de Extensão Universitária (Brasil, 2012) e serve de parâmetro para toda a rede de instituições de ensino superior no País que tenha a extensão como parte de suas atividades, além de servir de referência ao Ministério da Educação que baliza a avaliação das IES. Importante contribuição desse documento é a discussão teórico-metodológica na apresentação das cinco diretrizes que devem orientar a formulação e implementação das diversas ações de Extensão Universitária, que são: Interação dialógica, Interdisciplinaridade, Indissociabilidade Ensino/Pesquisa/Extensão, Impacto na formação do estudante e Transformação social.

A adoção dessas diretrizes pelas políticas das instituições de ensino superior e sua efetivação por meio de sólida estrutura de gestão da extensão universitária pode elevar as IES brasileiras a um novo patamar de sua função acadêmica – formação de profissionais em diversas áreas de conhecimento e desenvolvimento de conhecimento científico e tecnologia – em consonância com as demandas sociais, políticas, econômicas e culturais da sociedade.

A Instituição de Ensino Superior (IES) como parte da sociedade deve vivenciar e pensar sobre os desafios presentes e futuros para a manutenção de um mundo adequado, sustentável, justo e democrático. As respostas e contribuições científicas a esses desafios devem fazer parte da função social da universidade.

A Política Nacional de Extensão (Brasil, 2012) reafirma a extensão universitária como atividade importante do ensino superior e determina a necessidade de criar estratégias de avaliação para que essas ações possam ser contributivas e eficientes para os fins formativos e de atendimento às demandas da sociedade. Segundo o Documento:

A contribuição das ações extensionistas para a produção do conhecimento e a formação de estudantes, professores e técnicos administrativos e sua efetividade para a transformação da Universidade e da sociedade dependem também da construção de um sistema de informações e de indicadores (sistema de monitoramento e avaliação) que permitam a avaliação das ações extensionistas. Esse sistema de monitoramento e avaliação deve ter abrangência nacional, pelo menos quanto aos aspectos mais gerais das ações extensionistas (Brasil, 2012, p. 32).

Além dessa definição, a exigência de avaliação de ações de extensão universitária também é parte do processo de avaliação das universidades pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) - Lei nº 10.861/2004 (Brasil, 2004).

Portanto, a ação de avaliação interna e externa das IES em todas as suas dimensões é importante para dimensionar e qualificar os processos e os resultados da gestão, da produção universitária e da evolução de seus conceitos e estratégias, visando a um avanço do ensino superior no País. Segundo Cohen e Franco (1993, p. 76), a avaliação é:

Processo orientado a determinar sistemática e objetivamente a pertinência, eficiência, eficácia e impacto de todas as atividades à luz de seus objetivos. Trata-se de um processo organizativo para melhorar as atividades ainda em marcha e ajudar a administração no planejamento e programação e futuras tomadas de decisões.

Para Santos, Meirelles e Serrano (2013, p. 84), o entendimento sobre a avaliação é de que

[...]os processos avaliativos são essencialmente políticos. Avalia-se para dar uma noção de valor, de validade e de importância a uma ação realizada. Apenas com uma avaliação desenhada de forma adequada e criteriosa pode-se entender realmente quais foram os resultados do esforço realizado e decidir pela continuidade ou não do que se está realizando ou apoiando. Não avaliar significa voar às cegas, confiando em sensações momentâneas, subordinando-se a políticas institucionais ou públicas sem contestá-las, desperdiçar recursos e oportunidades e trabalhar com pouca chance de sucesso.

Desde o ano de 2001, o Fórum de Pró-reitores de Extensão das Instituições de Ensino Superior Públicas (FORPROEX) já havia publicado diretrizes de avaliação que pudessem ser utilizadas como referência para a construção de um sistema de monitoramento e avaliação nacional para a extensão universitária. Essa publicação estabelece os parâmetros para a avaliação, tendo em vista as especificidades das universidades públicas e a relação da extensão universitária com o Ensino e a Pesquisa.

As dimensões do sistema proposto contemplam as categorias que devem organizar o sistema, os indicadores (quantitativos e qualitativos) com os respectivos procedimentos metodológicos e as possíveis fontes de informação para sua produção. Uma importante recomendação, feita pelo FORPROEX (2001, p. 56), é de que “a avaliação nacional da extensão universitária deve ser centrada no processo, em razão da própria natureza da extensão”. Isso reforça o seu caráter educativo, tanto para a comunidade acadêmica quanto para a sociedade.

As exigências legais de avaliação da extensão das IES fortalecem a sua institucionalização, a consolidação da indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e garante a criação e manutenção de fontes de financiamento das ações extensionistas em suas várias

modalidades. Também servem para medir o compromisso das instituições de ensino superior com o desenvolvimento da sociedade e o impacto na formação do aluno.

Portanto, a partir das orientações legais, as instituições de ensino superior desenvolvem suas estratégias próprias de registro, de avaliação e de criação de indicadores para qualificar suas ações de extensão e apresentar à sociedade a sua contribuição social.

Na avaliação da extensão universitária é possível medir várias dimensões, desde o público atendido, de forma qualitativa e quantitativa, a infraestrutura e recursos disponíveis para a realização das ações, os produtos gerados e até o nível de participação da comunidade acadêmica em programas, projetos, eventos e cursos. São várias possibilidades de avaliar e de definir indicadores que dimensionem os resultados, os impactos e os processos das ações de extensão.

Para as universidades públicas foi criado, ainda, o Sistema de Informação da Extensão (SIEX), que permite o controle e o registro das ações e a geração de dados sobre as temáticas trabalhadas, as equipes participantes, as parcerias e os resultados alcançados pelas atividades realizadas em cada departamento/curso. O SIEX contribui sobremaneira para o monitoramento e avaliação da extensão nas universidades brasileiras, apesar de não permitir a coleta de dados mais qualitativos e subjetivos da participação de alunos, professores, técnicos e demais envolvidos nas ações, como compromisso, percepções, opiniões, sugestões e dedicação.

Outras formas de registro e avaliação das ações de extensão nas universidades são: a elaboração de relatórios de atividades, relatórios de avaliação e de registro de metodologias, formulários próprios de avaliação de coordenadores e alunos, anuários estatísticos, boletins informativos e produtos audiovisuais das ações realizadas (gravações, transcrições, documentários, etc.). Esses produtos servem à divulgação mais restrita e administrativa do que é realizado nas IES em termos de extensão universitária. Outros produtos são utilizados para divulgação do conhecimento científico produzido na universidade como as produções de livros, artigos, cartilhas, filmes, jornais, revistas, jogos educativos, peças de teatro e musicais, exposições artísticas, criação de aplicativos, programas de TV e de rádio. Esses conteúdos podem ser apropriados por vários grupos sociais e instituições externas às IES com objetivo de disseminar conhecimentos e apresentar à sociedade os produtos da ciência e que também podem ser avaliados em suas quantidades, qualidades e efetividades perante o público. Os produtos de divulgação também podem servir à avaliação da extensão como resultados de programas, projetos e eventos.

Assim, no que se refere à avaliação da extensão universitária, é preciso definir que ela

precisa considerar dois pontos importantes: os processos formativos e os processos sociais. É preciso considerar seu tamanho institucional, seus resultados acadêmicos e abrangência extramuros, incluindo seus impactos na transformação da aprendizagem da comunidade acadêmica e na resolutividade das demandas sociais da sociedade.

Outra orientação importante para a avaliação da extensão universitária é a necessidade de uma ação mais formalizada e sistemática, considerando critérios científicos para a pesquisa avaliativa. Segundo Aguilar e Ander-Egg (1994, p. 31-32):

A avaliação é uma forma de pesquisa social aplicada, sistemática, planejada e dirigida; destinada a identificar, obter e proporcionar de maneira válida e confiável dados e informação suficiente e relevante para apoiar um juízo sobre o mérito e o valor [...] com o propósito de produzir efeitos e resultados concretos, comprovando a extensão e o grau em que se deram essas conquistas, de forma tal que sirva de base ou guia para uma tomada de decisão racional e inteligente entre cursos de ação, ou para solucionar problemas e promover o conhecimento e a compreensão dos fatores associados ao êxito ou ao fracasso de seus resultados.

A avaliação deve, ainda, considerar aspectos importantes como a relevância social e acadêmica das ações, a eficiência dos processos, a eficácia dos resultados e a efetividade e impacto no público a que foram direcionadas. Essas dimensões permitem analisar dados sobre os processos realizados, os recursos investidos e os seus produtos, seja de forma quantitativa seja qualitativa.

A avaliação nos termos da eficiência analisa a relação entre os meios e fins da ação e se relaciona com o olhar sobre a economicidade e sua relação entre insumos e produtos. Aqui, é possível medir a qualidade do programa, avaliando seus resultados em termos técnicos de custos e tempo de realização. A avaliação da eficácia se relaciona ao desempenho e se preocupa com a qualidade dos processos planejados e executados e os resultados alcançados, sob a luz dos objetivos iniciais da ação, analisando se as metas pretendidas foram atingidas seja ao longo da execução (monitoramento) seja ao final da ação (avaliação). E, ainda, a avaliação de efetividade ou impacto que analisa a capacidade de a ação produzir mudanças na realidade, esperadas ou não, no âmbito institucional e social.

Em termos de dimensões a serem avaliadas na extensão, os documentos oficiais relacionados à educação superior tratam da gestão da extensão nas IES e sugerem que as instituições se atentem para registrar e analisar a sua situação sobre o nível de institucionalização da extensão, a valorização acadêmica, a estrutura disponível, os recursos empregados (materiais, financeiros e humanos), a normatização e o planejamento institucional.

O documento Avaliação da Extensão Universitária, elaborado pelo FORPROEX (2001), é a referência para avaliar o contexto, os objetivos, as atividades e os efeitos da extensão nas

IES, tendo como aspectos norteadores o plano pedagógico institucional. O documento apresenta como proposta que a avaliação da extensão ocorra nas dimensões: 1) Política de gestão, 2) Infraestrutura, 3) Relação universidade e sociedade, 4) Plano Acadêmico e 5) Produção Acadêmica. As orientações desse documento apresentam para as instituições os indicadores, as questões e as fontes de dados em cada uma dessas dimensões e aponta a necessidade da criação de um sistema de informação para registro e processamento desses dados.

De acordo com Santos, Meirelles e Serrano (2013, p. 81):

Por meio da análise dessas dimensões, levando-se em conta as peculiaridades de cada instituição, seria possível elaborar uma avaliação da extensão que trouxesse para a IPES o debate sobre a sua missão institucional, o seu papel na reconstrução do espaço social, suas necessidades e prioridades. A identificação das dimensões da extensão na instituição contribuiria para ampliar a percepção e análise das atuais práticas de extensão, pesquisa e ensino desenvolvidos na IPES.

Segundo os autores, a análise dessas dimensões denuncia se a missão da instituição incorpora a função extensionista. Também eles reforçam a necessidade da criação de estratégias de avaliação da extensão, devido ao seu caráter extramuros ou fora da sala de aula, considerando que os outros dois processos de ensino e pesquisa já são naturalmente avaliados de forma constante, tanto interna, quanto externamente.

Na dimensão da avaliação das ações de extensão universitária há um esforço de muitas décadas, por parte das universidades, para o desenvolvimento de estratégias, variáveis e indicadores que possam analisar os seus aspectos políticos, sociais e acadêmicos.

As Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira (resolução nº 7/2018), do Ministério da Educação, determina que a extensão universitária deve ser realizada nas instituições por meio de: Programas, Projetos, Cursos e Oficinas, Eventos, Produção Acadêmica e Prestação de Serviços. São modalidades de ações que inserem as comunidades externas nas atividades das IES, sejam elas grupos sociais diversos (jovens, idosos, mulheres, crianças, indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência, entre outros) sejam grupos relacionados à gestão e execução de políticas públicas nas cidades (gestores e servidores).

Para a avaliação das ações de extensão universitária, as instituições devem utilizar como referência as variáveis já indicadas pela Política Nacional de Extensão Universitária (Brasil, 2012) para caracterizar essa dimensão acadêmica, quais sejam: 1) Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, 2) Interdisciplinaridade, 3) Interação dialógica, 4) Impacto na formação do estudante e 5) Impacto e transformação social.

A partir dessa orientação, as instituições de ensino criaram critérios de avaliação seja para seus editais de financiamento, seja para registro e avaliação institucional de suas

realizações; e da qualidade e quantidade de sua produção acadêmica na área da extensão.

Na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), há um setor específico responsável pela avaliação das ações de extensão que se denomina Diretoria de Avaliação e Fomento da Extensão Universitária (DAFE). Por meio dessa Diretoria, a Universidade orienta e avalia as ações extensionistas nos cursos de graduação e pós-graduação, produzindo relatórios, artigos em revista específica e livros sobre essas experiências. É responsável pela gestão, execução e acompanhamento das políticas, editais e chamadas públicas internas e externas de apoio à extensão.

Segundo o relatório Perfil das Ações de Extensão da Universidade Federal de Minas Gerais 2º Ciclo Avaliativo – 2014 a 2017, atualmente, a avaliação das ações de extensão na UFMG conta com os seguintes instrumentos/procedimentos/indicadores:

- a) Perfis das ações de extensão das unidades e do conjunto da UFMG, a partir dos dados do Sistema de Informação da Extensão – SIEX (desde 2015).
- b) Formulários de avaliação dos bolsistas e orientadores dos programas e projetos contemplados pelos editais de bolsa da PROEX, preenchidos ao final da participação dos discentes nas ações ou término da bolsa (desde 2002).
- c) A avaliação dos programas e projetos submetidos aos editais de bolsas da PROEX realizada pela Câmara de Extensão e seus comitês assessores.
- d) Encontro de Extensão da UFMG, caracterizado pela apresentação e avaliação realizada por comissões designadas pela Câmara de Extensão.
- e) Indicadores: além daqueles já definidos para a avaliação do desempenho dos departamentos em extensão para fins de distribuição de vagas docentes.
- f) Consultas: realizadas a partir de demanda específica, por exemplo, o mapeamento da Extensão nos currículos de graduação, junto aos colegiados dos cursos de graduação da UFMG.

A Resolução nº 05/2021, da Câmara de Extensão do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Minas Gerais também estabelece as diretrizes para a Política de Avaliação da Extensão da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e tem como objetos de análise:

Art. 5º São objetos da Política de Avaliação da Extensão da UFMG:

I - Os indicadores de avaliação da extensão que considerem: a) a relação universidade-sociedade; b) a produção oriunda da extensão; c) o plano acadêmico dos(as) docentes e dos(as) estudantes; d) infraestrutura disponível; e) a política de gestão.

II - Os dados oriundos do sistema de informação da extensão e demais sistemas acadêmicos da UFMG;

III - Os dados oriundos das avaliações das atividades de extensão realizadas pelos(as)

estudantes;
IV -Os processos de avaliação para fomento da extensão.

Para subsidiar essa pesquisa de avaliação, várias políticas internas de extensão de outras universidades públicas e privadas foram consultadas em busca das estratégias institucionais de avaliação e indicadores utilizados para analisar as suas ações de extensão universitária, principalmente aquelas direcionadas à avaliação de programas e projetos que são objetos da pesquisa de Avaliação do Programa de Extensão PEPB.

Percebe-se que há uma infinidade de modelos de avaliação, em sua maioria desenvolvidos para a seleção de programas, projetos e cursos de extensão universitária em editais de financiamento internos da extensão nas universidades. Há, ainda, muitas propostas de formulários para registro e avaliação individual de coordenadores e alunos participantes de ação de extensão e poucas experiências de desenvolvimento específico de indicadores para a avaliação da extensão nas universitárias.

Para esta pesquisa foi formatada uma proposta de categorias a serem avaliadas no Programa de Extensão PEPB 1822/2022 e que podem ser replicadas em outras experiências de Programas de Extensão.

A planilha com as categorias está acompanhada de meios de verificação e de cumprimento desses objetivos. O levantamento e análise da documentação da gestão e as demais técnicas empregadas para a coleta de dados das ações do programa permitiram a avaliação dessas categorias de análise, demonstrando como o Programa PEPB se caracteriza dentro dos princípios da extensão e do cumprimento de suas diretrizes, tendo como referência os documentos oficiais que regulamentam as ações de extensão nas universidades.

Os itens de verificação propostos na planilha permitem a elaboração de indicadores quantitativos e qualitativos. Quantitativos, quando apresentam a quantidade de alunos e de docentes envolvidos, o número de ações realizadas e de participantes, a quantidade de parceiros internos e externos à universidade, entre outros. Nos indicadores qualitativos, os dados podem identificar o formato de gestão do projeto, a opinião das pessoas sobre os resultados do programa e a percepção sobre sua abrangência, a presença de conceitos de extensão na produção acadêmica, a satisfação do público com as ações realizadas, as formas como ocorrem a interdisciplinaridade, a existência e o formato de monitoramento e avaliação utilizados pelo próprio Programa.

Uma estratégia importante de análise é a forma como a concepção de extensão aparece nos registros, produtos e propostas de ações do Programa, pois revela o compromisso com a

identidade extensionista das atividades desenvolvidas. Essa concepção pode ser explicitada nos escritos sobre o Programa, documentos de gestão e nas falas de seus coordenadores, parceiros e participantes. Por isso, a importância da definição das variáveis de análise, as formas de verificação de como elas acontecem na experiência de extensão e as fontes de informação (produtos, documentos, depoimentos) em que a variável será detectada. A planilha de referência para a avaliação está apresentada abaixo:

Planilha 1 – Variáveis de Análise do Programa

CATEGORIA/ VARIÁVEL	VERIFICAÇÃO	TÉCNICAS	FONTES DA INFORMAÇÃO
POLÍTICA DE EXTENSÃO NO PROGRAMA	Caracterização da extensão no programa tendo como referência a Política de Extensão da IES, Plano Nacional de Extensão e outras normas e resoluções da extensão universitária nos documentos do Projeto	Análise documental e entrevistas	Projetos encaminhados para edital, registro do projeto no SIEX, relatórios, depoimento de gestores do Programa/projeto, colaboradores e alunos
CONCEPÇÃO DE EXTENSÃO DO PROGRAMA	Presença do conceito de extensão nos objetivos do Projeto	Análise documental e entrevistas	Projetos encaminhados para edital, registro do projeto no SIEX, relatórios, depoimento de gestores do Programa/projeto, colaboradores e alunos
GESTÃO COLEGIADA DO PROGRAMA DE EXTENSÃO	Presença de Gestão colegiada do Programa de Extensão	Análise documental e entrevistas	Projetos encaminhados para edital, registro do projeto no SIEX, relatórios, depoimento de gestores do Programa/projeto, colaboradores e alunos
RESOLUÇÕES E NORMAS SOBRE EXTENSÃO	Presença de normativas e resoluções nos documentos do Programa	Análise documental	Projetos encaminhados para edital, registro do projeto no SIEX e relatórios
INTEGRAÇÃO ENTRE AS AÇÕES DE EXTENSÃO E AS DA GRADUAÇÃO E DA PESQUISA E	Existência de ações que integrem extensão, ensino e pesquisa.	Análise documental e entrevistas	Projetos encaminhados para edital, registro do projeto no SIEX, relatórios, depoimento de gestores do Programa, colaboradores e alunos
INFORMATIZAÇÃO DOS DADOS E DOS PROCESSOS DE OPERACIONALIZAÇÃO DA EXTENSÃO	Existência de banco de dados de registro das ações de extensão	Banco de dados em funcionamento; análise documental, entrevista	Banco de dados existente e relatórios do programa
FORMAS DE APROVAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DAS AÇÕES DE EXTENSÃO	Existência de estratégias de monitoramento e avaliação das ações	Análise documental e entrevistas	Projetos encaminhados para edital, registro do projeto no SIEX, relatórios, depoimento de gestores, colaboradores, alunos, representantes da comunidade externa

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO PROGRAMA	Existência de estrutura administrativa adequada às ações previstas no projeto: instalações, espaço físico, recursos humanos, transporte, equipamentos	Análise qualitativa das estruturas à disposição do projeto, análise documental e entrevistas	Projetos encaminhados para edital, registro do projeto no SIEX, relatórios, depoimentos de gestores do Programa/Projeto, de colaboradores, alunos e representantes da comunidade externa. Visita <i>in loco</i> à sede.
PARCERIAS INSTITUCIONAIS DO PROGRAMA	Quantidade e tipos de parcerias existentes (públicas e privadas) e com movimentos sociais	Análise documental e entrevistas	Convênios, termos de parceria, cooperação interinstitucional e interdepartamental, contratos. Depoimento de gestores e colaboradores do Projeto. Parceiros do projeto
INTERDISCIPLINARIDADE E INTERPROFISSIONALIDADE NO PROGRAMA	Identificação de ações interdisciplinares presentes no projeto; participação de diferentes áreas de conhecimento nas ações realizadas	Análise documental e entrevistas	Termos de parceria e anuência de setores, departamentos diversos, relatórios, projetos elaborados, entrevistas.
PÚBLICO DIRETAMENTE ATENDIDO PELAS AÇÕES DE EXTENSÃO	Tipos de público diretamente atendidos pelo Projeto e quantidade de indivíduos/grupos atendidos	Análise das ações realizadas, análise de documentos, entrevistas e enquetes	Listas de presença, Relatórios, Projetos elaborados, registros audiovisuais. Gestores, colaboradores, alunos e comunidade externa.
PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE NA GESTÃO DA AÇÃO EXTENSIONISTA	Formas de participação da comunidade externa nas fases do projeto: planejamento, execução, avaliação	Análise documental e entrevistas	Relatórios, projetos de editais, gestores, colaboradores, comunidade externa. Atas de reuniões.
APROPRIAÇÃO DOS CONHECIMENTOS TECNOLOGIAS POR PARTE DA COMUNIDADE ENVOLVIDA	Acesso da comunidade interna e externa às produções do projeto (vídeos, livros, artigos, postagens, programas de rádio etc.) e participação em eventos	Análise documental, controle de estatísticas do projeto, entrevistas e enquetes	Relatórios, listas de presença em eventos, certificação de dados estatísticos de acesso às redes sociais e <i>links</i> do projeto, número de produções, formatos de divulgação das produções
AÇÃO EXTENSIONISTA NO RENDIMENTO DA UNIVERSIDADE	Articulação do projeto com departamentos acadêmicos e outros setores da universidade, reconhecimento do projeto no departamento vinculado e nos setores de gestão da extensão universitária	Análise documental e de mídias e entrevistas	Análise de mídias, documentos de gestão da universidade, entrevistas, relatórios
CRITÉRIOS PARA A DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS PARA OS PROJETOS E AÇÕES VINCULADOS	Distribuição de verbas para os projetos/ações e formas de captação para as diversas ações	Análise documental e entrevistas	Relatórios, documentos de planejamento, atas de reunião

EXTENSÃO ENQUANTO FORMAÇÃO ACADÊMICA	Número de alunos participantes do projeto, formas de capacitação dos estudantes, resultados da inserção de alunos nas ações do projeto, ações de extensão como atividade formativa	Análise documental, entrevistas	Documentos de planejamento e relatórios de ações de capacitação, registro de ações de formação de alunos, relatórios de atividades dos alunos, ações e produções realizadas por alunos.
RESULTADOS E IMPACTOS DO PROGRAMA/PROJETO PARA A SOCIEDADE	Alcance das ações do projeto na comunidade externa e equipes internas, qualidade e efeitos positivos das ações, geração de efeitos não esperados	Entrevistas, enquetes, análise documental e de mídias	Relatórios de avaliação, artigos, registros das ações em mídias, pesquisa de opinião.

Fonte: Pesquisa de Avaliação Institucional e de Impacto do Programa PEPB.

2.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E ATIVIDADES DE AVALIAÇÃO

A escolha de delimitação para esta pesquisa foi feita em acordo entre a pesquisadora e a coordenação do Programa para a realização de um estudo em contexto geral sobre a situação do Programa Pensar a Educação, Pensar o Brasil 1822/2022 e a não inclusão da avaliação de cada um dos projetos vinculados ao Programa. Ainda que a definição de um programa incluía todas as suas ações vinculadas, essa pesquisa tratou da gestão, das percepções, dos resultados do Programa de forma global, sem referência a projetos/ações ou eventos específicos.

Em documentos oficiais do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX, 2007) um Programa de Extensão é:

[...] a articulação de pelo menos dois projetos e outras ações de extensão (cursos, eventos e apoio tecnológico), de caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico, desenvolvido de forma processual e contínua de no mínimo 4 anos, integrando o ensino e a pesquisa.

Na UFMG, conforme a Resolução N°. 08/2020, de 5 de novembro de 2020, que regulamenta as atividades de extensão (e revoga a Resolução no 03/2016), a definição de Programa é:

I - Programa: atividade caracterizada pela atuação diversificada e integrada de atividades de extensão orientadas por um eixo articulador, que deve ser em torno de determinado público, temática, linha de extensão ou recorte territorial, devendo conter, pelo menos, dois projetos vinculados.

O Programa PEPB 1822/2022 possuía 12 ações/projetos vinculados, e seus coordenadores e bolsistas foram chamados a participar emitindo percepções e críticas sobre o Programa, não abordando seu cotidiano de funções e resultados específicos dos projetos.

A metodologia da pesquisa foi organizada para ser realizada em dois momentos

distintos: na primeira etapa foram realizados os estudos teóricos sobre a avaliação, gestão de projetos, extensão universitária, bem como pesquisas documentais sobre experiências de avaliação da extensão nas universidades públicas e, ainda, como parte do trabalho de campo, as entrevistas com todos os oito coordenadores do Colegiado de gestão do Programa (que também coordenam projetos vinculados) e a realização do grupo focal de bolsistas e voluntários, sendo estes ativos e egressos. Nesse período houve um esforço para o levantamento de documentos de gestão do Programa, sendo a atividade exploratória realizada em materiais físicos, nos arquivos do gabinete do coordenador geral e na sala sede, e documentos digitais de quatro computadores pertencentes ao Programa PEPB – um na sala do gabinete do coordenador geral, e três na sala sede do Programa na Faculdade de Educação/UFMG.

Os documentos foram analisados e classificados conforme sua função, como convênios, contratos, projetos para editais, ofícios, cartas de anuência, material de divulgação, termos de parceria, editais internos, manuais, entre outros. Uma planilha foi criada para organização das informações e identificação do conteúdo de cada documento, datas de elaboração, envio ou recebimento e a relação destes com outras instituições externas e setores da UFMG.

Em relação às entrevistas dos coordenadores e o grupo focal de alunos, estes foram gravados, transcritos e analisados por meio de categorização elaborada para esse fim. Foi organizado um roteiro de entrevista com a finalidade de identificar junto aos entrevistados as suas percepções sobre a gestão e o funcionamento do Programa PEPB 1822/2022 e sobre a concepção de extensão universitária que perpassa as suas ações. E, ainda, os resultados para o público interno e externo, as consequências das parcerias e as perspectivas de futuro do Programa.

Também foi realizado um levantamento sobre a cobertura do Programa PEPB pelos canais de mídia da Universidade, identificando o quanto, quando e como as ações do Programa foram divulgadas, desde o ano de 2007, para a comunidade universitária e externa; e uma pesquisa dos artigos publicados sobre o próprio Programa escritos pelos seus membros e pelos alunos que participaram das ações.

Os formulários das enquetes virtuais, a serem aplicados, no ano de 2020 e 2021, também foram elaborados na primeira etapa, bem como a participação da pesquisadora nas reuniões de coordenação e de equipe ocorridas em 2019 e 2020.

Durante os meses de maio a dezembro de 2020, houve ainda a gestão das tratativas com a Plataforma Brasil para aprovação do projeto de avaliação, dos formulários das entrevistas e dos questionários e os termos de livre consentimento para cada público participante da pesquisa

para posterior encaminhamento e acompanhamento do Conselho de Ética da UFMG.

A segunda etapa das atividades de campo da pesquisa foi realizada com o público representante de parceiros do projeto, sendo eles internos e externos à Universidade, os alunos e professores da Faculdade de Educação da UFMG, a que o Programa PEPB está vinculado, e representantes do público externo constituído de professores da rede de educação básica, colaboradores do PEPB e a sociedade em geral, abordada a partir da sua relação com o Programa nas redes sociais e como receptores dos produtos do Programa pelo rádio, por *lives* e *e-mails* enviados. Cada uma dessas ações será explicitada no momento da análise de dados.

Nessa etapa foram realizadas, transcritas e categorizadas as entrevistas com representantes de entidades parceiras e utilizada a técnica de questionários para os outros grupos abordados. Os dados dos questionários foram tratados em planilhas para elaboração de tabelas e gráficos para a análise final. Para cada grupo foi aplicado um formulário com perguntas sobre o Programa PEPB 1822/2022 e a inserção do usuário em suas ações, bem como a percepção dos seus resultados e o nível de conhecimento e reconhecimento sobre o Programa. Também a percepção de cada usuário sobre as ações de extensão universitária e sua participação nessa experiência. Desse trabalho de campo ensejam os indicadores quantitativos e qualitativos que podem ser utilizados para avaliações periódicas das ações de extensão para o acompanhamento, por exemplo, da presença da interdisciplinaridade, do perfil do público atendido, das parcerias institucionais, do envolvimento de alunos e professores, do montante de recursos utilizados e infraestrutura disponível, entre outros.

Meirelles e Santos (2013, p. 119) analisam a importância da construção de indicadores para a extensão nas universidades e afirmam que:

a organização da extensão universitária concebida sobre indicadores claros possibilita uma profissionalização da gestão, entendida aqui não como uma estrutura rígida de controle e fiscalização, mas sim em um motor capaz de ampliar os ganhos possíveis a partir de uma extensão consequente, cabível, politicamente inserida e socialmente justificável. Um elenco de indicadores consistentes impede a permanência consciente de uma inércia nociva ao desenvolvimento da Universidade, à repetição de ações que perderam seu sentido (no mundo atual e ao arranjo institucional vigente) e à falta da visibilidade e do protagonismo das instituições de educação superior.

Para os autores a avaliação “deve constituir-se como fonte permanente de informação e de constante atualização da prática, sendo capaz de determinar os pontos em que determinada ação teve sucesso, quais expectativas não foram atendidas, os fatores que contribuíram para esse sucesso e os que impediram o alcance dos objetivos” (Meirelles; Santos, 2013, p. 100).

A partir dessas considerações, a análise da situação do Programa PEPB foi realizada em cada uma das categorias elaboradas, apontando o indicador a ser utilizado e a sugestão de

periodicidade, quando possível. Em geral, para projetos, as verificações devem ocorrer anualmente, e para programas a periodicidade pode ser maior (bianual ou mais), de acordo com cada instituição.

Ressalta-se que as categorias de análise criadas podem ser adaptadas para o monitoramento das ações, que são processos internos de acompanhamento da equipe gestora a cada etapa dos projetos ou com periodicidade curta (bi, tri ou semestralmente).

As categorias elaboradas para a avaliação do Programa PEPB permitiram uma avaliação da eficiência e eficácia da gestão e da execução de suas atividades e efetividade de seu alcance e influência na realidade. Destaca-se que os instrumentos de pesquisa utilizados neste estudo contribuíram para uma análise mais aprofundada da realidade e uma medição mais fidedigna dos resultados, considerando a amplitude de fontes que foram utilizadas: documentos, entrevistas com os coordenadores e alunos do Programa, enquetes com o público interno e externo à universidade, percepção dos parceiros institucionais e participação direta da pesquisadora nas ações dos projetos, permitindo uma observação participante.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As universidades públicas brasileiras vivem um intenso recuo de investimentos na gestão administrativa e em suas atividades acadêmicas. E somam-se a isso a crise do reconhecimento da importância do saber científico por parte da sociedade e as iniciativas, de alguns grupos, para a desvalorização do espaço universitário. A escassez de recursos nas universidades afeta diretamente a realização de pesquisas e as ações de extensão universitária que necessitam de aportes para o desenvolvimento de atividades extramuros das universidades e aquisição de maior quantidade de materiais e equipamentos para a realização das ações.

Os prejuízos são ainda maiores, quando a situação se repete nas agências públicas e privadas de financiamento de pesquisas e extensão como CNPq, FAPEMIG, CAPES, entre outras. As bolsas de graduação e pós-graduação são reduzidas e falta oportunidade de apoio financeiro aos professores e pesquisadores, que são os principais agentes dessas atividades acadêmicas.

Diante dessa situação, se faz imprescindível uma boa gestão das atividades acadêmicas e uma avaliação eficiente para garantir a otimização de recursos e a permanência das ações que, realmente, impactam a formação dos estudantes e a sociedade em geral.

A avaliação serve às boas práticas de gestão e indica os caminhos a serem trilhados para

garantir que as ações que geram impactos positivos à comunidade acadêmica sejam mantidas ou reestruturadas.

A avaliação do Programa Pensar a Educação, Pensar o Brasil – 1822/2022 seguiu essas orientações para o seu replanejamento, a partir do ano de 2023, e buscou informações suficientes para responder aos desafios contemporâneos e para adequações às novas normativas da gestão da extensão universitária, principalmente no que se refere à curricularização. Dentre os desafios para a continuidade do Programa, foram destacados: 1) sustentabilidade financeira dos projetos e implantação dos indicadores de avaliação, 2) criação de estratégias de monitoramento e avaliação dos projetos, 3) inovação de sua comunicação com o público e revisão de metodologia de atuação com o seu público prioritário e a comunidade acadêmica, 4) adequações às novas determinações da política de extensão para as universidades públicas.

Os dados coletados que serviram a essas conclusões são fruto de um extenso trabalho de campo que se caracterizou por ampla participação do público externo e interno à UFMG. Deste trabalho tem-se os seguintes resultados:

- 08 entrevistas com os coordenadores membros do colegiado do Programa PEPB;
- 05 entrevistas com parceiros do Programa (03 internos e 02 externos à UFMG);
- 01 grupo focal de alunos bolsistas e egressos do Programa PEPB;
- 10 questionários aplicados a alunos e egressos do Programa PEPB;
- 40 respostas ao formulário para Docentes da Faculdade de Educação da UFMG;
- 112 respostas ao formulário para Discentes da Faculdade de Educação da UFMG;
- 58 respostas ao formulário para Colaboradores do Programa PEPB;
- 144 respostas ao formulário para Usuários das Redes Sociais do Programa (captados no Facebook e Instagram);
- 237 respostas ao formulário para Professores de Educação Básica das escolas públicas estaduais e municipais de Belo Horizonte;
- 543 publicações internas da UFMG consultadas no Boletim UFMG.

As inúmeras informações coletadas por esta pesquisa permitiram ouvir tanto os representantes da instituição sobre a atuação do Programa na Universidade quanto o público consumidor da sua produção, dado ainda mais importante considerando que daí analisamos o impacto da extensão para a sociedade. As entrevistas com os parceiros internos e externos revelam um reconhecimento do Programa PEPB como uma ação de extensão universitária importante para a academia e para a sociedade; demonstra a importância dos projetos

vinculados como divulgadores de conhecimento científico que justificam o apoio institucional e financeiro por parte das instituições.

A análise de dados da pesquisa junto aos usuários reflete a capacidade de articulação do Programa PEPB com a comunidade universitária e escolar e com pessoas e instituições da sociedade. Também a sua abrangência territorial que consegue alcançar regiões para além do Estado de Minas Gerais e até pessoas em outros países. É eficiente a estratégia de comunicação organizada pelo Programa PEPB que permite não só a participação e audiência em diversas ações à distância como também a contribuição de várias pessoas para a elaboração de conteúdos, estando estas em qualquer lugar do Brasil e do mundo.

Por meio do formulário de pesquisa, os usuários teceram muitos elogios ao Programa, por seu compromisso com a educação, a forma de comunicação com o público, os temas trazidos ao público para o debate, as inúmeras formas de apresentação de sua produção (livros, revistas, jornal, documentários, etc.), a abertura para os diversos atores da área da educação se manifestarem.

Nesse sentido, foi possível coletar depoimentos como:

O Programa Pensar a Educação traz discussões muito relevantes sobre a Educação Brasileira. Através de cursos, livres, encontros sobre diversos temas educacionais, fóruns, debates e discussões, este programa promove a interação entre educadores de todo o Brasil, contribuindo para o avanço da Educação em nosso país (Usuário 103, grifo nosso).

O programa é muito interessante, pois permite o contato da academia com a sala de aula e público em geral. Os debates e palestras têm me ajudado pensar sobre as minhas práticas docentes e os principais desafios para a luta por uma educação pública e de qualidade. Como sugestão, gostaria de mais palestras e seminários (Professor Escola Pública 223).

Academicamente o projeto me proporcionou conhecimentos diversos e uma experiência na extensão. Profissionalmente tive a oportunidade de participar de diversas produções audiovisuais que acrescentaram muito o meu portfólio. Também pôde criar uma rede de contatos através dos parceiros e colaboradores do projeto. Pessoalmente, tive a chance de conhecer profissionais incríveis e de criar amizades duradouras (Aluno Extensionista 2).

Ressalta-se a dimensão política assumida pelo Programa PEPB de defender a educação básica gratuita e de qualidade, com propostas de participação em debates, intervenções, avaliações das políticas educacionais e forte inserção nas redes de defesa da educação e parceria com coletivos e movimentos sociais que lutam pela educação de qualidade.

O Programa PEPB tem contribuído, sobremaneira, para a implementação de novas pautas na educação como a lei de cotas, a reforma do Ensino Médio, sindicalismo, implementação da lei 10.639 de inclusão da História e Cultura Afro-Brasileira no ensino,

militarização das escolas, debates sobre a escola sem partido, planos nacional e estadual de educação, formação e valorização de professores, discussões sobre várias reformas no ensino básico, entre outros temas importantes que qualificam a gestão da educação e a legislação vigente. São assuntos discutidos em artigos do Jornal semanal e nas revistas, nos programas de rádio do Pensar, debates públicos pelo Projeto Seminário Anual e na produção de livros sobre os temas.

De outra forma, a pesquisa de avaliação não foi capaz de medir todos os impactos das ações do Programa PEPB sobre o público atingido, mas trouxe informações importantes sobre o perfil do público que está recebendo as comunicações do Programa e que até então era desconhecido. Em alguns casos, foi possível verificar como estão utilizando e disseminando os debates e os temas recebidos e como fazem a crítica à metodologia e ao formato do Programa PEPB. Não há dúvida de que a efetividade do Programa, em relação ao público externo, é bastante positiva e tem contribuído para fomentar e qualificar as posturas políticas e éticas no tratamento dos temas da educação nas universidades, nas escolas e na sociedade.

Por fim, uma análise geral sobre as categorias utilizadas para a avaliação do Programa PEPB demonstra que o esforço de organização de indicadores e de aplicação das técnicas e definição dos procedimentos metodológicos assertivos pode qualificar, imensamente, as propostas de avaliação da extensão universitária. O investimento na articulação de vários setores internos e externos para a avaliação diagnóstica e na elaboração de um sistema de informações sobre a trajetória dos programas/projetos deve fortalecer a extensão e a sua gestão e, definitivamente, colocá-la no seu lugar de importância enquanto atividade acadêmica (articulada à pesquisa e ao ensino) e de formação.

Como afirmam Meirelles e Santos (2013, p. 119):

[...] o processo de construção dos indicadores sempre será mais importante do que os resultados obtidos. Iniciá-lo não resulta em nenhuma garantia de sucesso, mas não iniciá-lo significa manter uma incerteza, sobretudo sobre a gestão, sobre os processos, sobre os resultados e sobre a própria inserção e validade da existência da Universidade.

REFERÊNCIAS

AGUILAR, Maria José; ANDRE-EGG, Ezequiel. **Avaliação de serviços e programas sociais**. Petrópolis: Vozes, 1994.

BRASIL. MEC/SESU. FORPROEX. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Brasília, 2012.

BRASIL. MEC/CNE. Resolução CNE/CES Nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as **Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na**

Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF. Presidência da República, 2023.

BRASIL. **Lei 9.394**, de 20 dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, Presidência da República, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei Nº 010172**, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, DF, Presidência da República, 2001.

BRASIL. **Lei 10.861** de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e dá outras providências. Brasília, DF, Presidência da República, 2004.

COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. **Avaliação de projetos sociais**. Petrópolis: Vozes, 1993.

FORPROEX **Avaliação Nacional da Extensão Universitária**. Brasília: MEC/SEsu, 2001.

FORPROEX. **Extensão universitária**: organização e sistematização. Belo Horizonte, COOPMED, 2007.

MEIRELLES, Fernando Setembrino Cruz; SANTOS, Sônia Regina Mendes dos. A avaliação e a construção de indicadores: [...]. In: NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (org.). **Avaliação da Extensão Universitária**: práticas e discussões da comissão permanente de avaliação da extensão. Belo Horizonte: FORPROEX/CPAE, PROEX/UFMG, 2013. p. 99-119.

MENDES, Luciano; BAHIENSE, Priscila; RIBAS, Sandra Regina; VAGO, Tarcísio Mauro. Pensar a Educação Pensar o Brasil 1822-2022: ensino, pesquisa e extensão. **Revista Extensio**, Florianópolis, UFSC, v 12, no. 19, jan./jun. 2015.

FARIA FILHO, Luciano. Projeto de Pesquisa de Avaliação do Programa Pensar a Educação, Pensai o Brasil 1822/2022. Projeto de Pesquisa. Faculdade de Educação – UFMG. Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

SANTOS, Sônia Regina Mendes dos; MEIRELLES, Fernando Setembrino Cruz; SERRANO, Rossana Souto Maior. Avaliação e extensão: dos conceitos fundamentais a reflexões sobre a prática. In: NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (org.). **Avaliação da Extensão Universitária**: práticas e discussões da comissão permanente de avaliação da extensão. Belo Horizonte: FORPROEX/CPAE, PROEX/UFMG, 2013. p. 75-98.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Resolução nº 05/2021, de 21 de outubro de 2021 Estabelece **Diretrizes para a Política de Avaliação da Extensão da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)**, Câmara de Extensão do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Minas Gerais, 2021.